

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO COMO NÚCLEO DO DIREITO FINANCEIRO: O BALANÇO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.....	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Breve contextualização histórica: das finanças públicas ao isolamento conceitual do direito tributário	4
1.3 Atividade financeira, poder de tributar e manutenção do Estado.....	13
1.4 Os princípios de direito financeiro	19
1.4.1 Legalidade	19
1.4.2 Economicidade.....	28
1.4.3 Transparência	29
1.4.4 Responsabilidade fiscal	32
1.5 A disciplina normativa do direito financeiro	33
1.5.1 Esquema – Evolução da sistematização do Direito Financeiro....	34
1.5.2 Estrutura básica do Direito Financeiro	34
CAPÍTULO 2 – PRIMEIRO PASSO NO DETALHAMENTO DA ATIVIDADE FINANCEIRA: O ESTUDO DO ORÇAMENTO PÚBLICO	37
2.1 Princípios orçamentários	37
2.1.1 O princípio da exclusividade.....	38
2.1.2 O princípio da universalidade.....	39
2.1.3 O princípio da unidade	40
2.1.4 O princípio da anualidade	43
2.1.5 O princípio da programação	44
2.1.6 O princípio do equilíbrio orçamentário	45
2.1.6.1 Esquema – Princípios orçamentários.....	46
2.2 As leis orçamentárias	46
2.2.1 Aspectos gerais: características e tramitação no Poder Legislativo.....	47
2.2.1.1 Esquema – Leis orçamentárias	52

2.2.2	As leis orçamentárias podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade?	54
2.2.2.1	Esquema – Cronologia do entendimento do STF. Controle abstrato das leis orçamentárias	57
2.2.3	A natureza do orçamento: impositiva ou facultativa?.....	57
2.2.4	Plano Plurianual – PPA.....	64
2.2.5	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.....	65
2.2.6	Lei Orçamentária Anual – LOA.....	70
2.2.7	Esquemas sobre as leis orçamentárias.....	73
2.2.7.1	Esquema – Leis Orçamentárias.....	73
2.2.7.2	Esquema – Lei de Diretrizes Orçamentárias em detalhe	74
2.2.7.3	Esquema – Lei Orçamentária Anual em detalhe...	76
2.2.8	As vedações orçamentárias.....	76
2.2.8.1	Esquemas – Vedações orçamentárias. Art. 167, CR.....	81
2.2.9	O embate entre recursos orçamentários e prestação de políticas públicas	83
2.2.10	Execução orçamentária	85
2.2.10.1	Esquema – Execução orçamentária	89

CAPÍTULO 3 – SEGUNDO PASSO NO DETALHAMENTO DA ATIVIDADE FINANCEIRA: A COMPREENSÃO DA DISCIPLINA DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS	93	
3.1	Receitas públicas: definição e classificação	93
3.1.1	Classificação das receitas de acordo com a origem: originárias, derivadas e transferidas	95
3.1.2	Classificação das receitas de acordo com o motivo de entrada: receitas correntes e receitas de capital.....	101
3.2	As receitas públicas na disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal ...	103
3.2.1	Previsão e arrecadação das receitas públicas: artigos 11 a 13 da LRF	103
3.2.2	Renúncia de receita: artigo 14 da LRF	107
3.2.2.1	Esquema – Renúncia de receitas.....	120
3.3	Despesas públicas: definição e classificação	121
3.3.1	A abertura de crédito adicional como requisito ao cumprimento da legalidade na realização de despesas públicas	121
3.3.2	Classificação das despesas de acordo com o motivo do dispêndio: despesas correntes e despesas de capital.....	124

3.4	As despesas vinculadas e obrigatórias na Constituição da República...	126
3.5	O novo regime fiscal criado pela EC 95/2016, o teto para as despesas públicas primárias e a EC 109/2021	130
3.6	As despesas públicas na disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal: artigos 15 a 24	135
3.7	As regras gerais dos artigos 15, 16 e 17 da LRF	135
3.7.1	Esquema – Despesas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Regras gerais	140
3.8	As despesas com pessoal: artigos 18 a 23	141
3.8.1	O que é “despesa com pessoal”?	141
3.8.2	Os limites de gasto com pessoal	142
3.8.3	Estabelecidos os limites, como controlar?	145
3.8.4	Esquemas – Despesas com pessoal	149
3.8.4.1	Esquema – Despesas com pessoal	149
3.8.4.2	Esquema – Condições para a criação e/ou aumento da despesa com pessoal	150
3.8.4.3	Esquema – O controle na prática: periodicidade, providências e sanções	150
3.9	Despesas com a Seguridade Social	152
3.10	Esquema – Despesas com a Seguridade Social	153
3.11	Esquema – Receitas e despesas	154
CAPÍTULO 4 – ENTRE RECEITAS E DESPESAS: A QUESTÃO DO ENDEVIDAMENTO PÚBLICO		157
4.1	Dívida pública: definições	158
4.1.1	Esquema – Dívida pública. Definições	161
4.2	Dívida pública nacional: composição e quadro atual	161
4.3	Limites de endividamento, controle e providências em caso de excesso	163
4.3.1	Limites de endividamento: disciplina normativa	163
4.3.2	Controle e sanções: superação dos limites por Estados, Distrito Federal e Municípios	167
4.3.3	Esquemas – Dívida pública. Limites de endividamento, controle e providências em caso de excesso	171
4.4	Condições para a contratação das operações de crédito	173
4.4.1	Esquema – Operações com instituições financeiras. Destaques importantes	176
4.5	Outras restrições às operações de crédito: as vedações dos artigos 34 a 37 da LRF	176

4.6	Pedaladas fiscais no processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff: artigos 35 e 36 da LRF.....	180
4.7	As modalidades de operações de crédito: emissão de títulos da dívida pública e antecipação de receita orçamentária	181
4.7.1	Emissão de títulos da dívida pública	182
4.7.2	Antecipação de receita orçamentária	185
4.8	As garantias nas operações de crédito	186
4.9	Crise econômica de 2014: Calamidade financeira nos Estados e o Programa de Recuperação Fiscal dos Estados da LC 159/2017	190
4.10.	Pandemia da covid-19, calamidade pública e medidas fiscais correlatas.....	193
CAPÍTULO 5 – PRECATÓRIOS		201
5.1	Definições e regime geral	201
5.2	Atualização monetária e incidência de juros no pagamento de precatórios: debates e evolução	207
5.3	Disciplina atual dos precatórios: Emendas Constitucionais nº 99/2017, nº 94/2016 e nº 62/2009.....	213
5.3.1	Arguições de inconstitucionalidade da EC 62/2009	213
5.3.2	Regime vigente de pagamento dos precatórios.....	216
5.3.3	Esquema – Art. 100, CR. Regra geral dos precatórios	219
5.4	O regime especial criado pelos artigos 101 e seguintes do ADCT: a EC 94/2016 e as modificações da ec 99/2017 e da EC 109/2021.....	219
5.4.1	Esquema – Arts. 101 a 105, ADCT. Regime especial de pagamento para Estados, Distrito Federal e Municípios (EC 94/2016 e EC 99/2017)	224
5.5	O regime especial criado pelo artigo 97 do ADCT: EC 62/2009	224
5.5.1	Pagamento via leilão.....	228
5.5.2	Pagamento em ordem crescente de valor	228
5.5.3	Pagamento via acordo direto.....	229
5.5.4	A não liberação de recursos depositados: sequestro, compensação e sanções.....	229
5.5.5	Esquema – Art. 97, ADCT. Regime especial de pagamento para Estados, Municípios e Distrito Federal	230
5.6	Regimes especiais de pagamento anteriores à EC 62/2009.....	231
5.6.1	Artigo 33 do ADCT: parcelamento em oito anos.....	231
5.6.1.1	Esquema – Art. 33, ADCT.....	233
5.6.2	Artigo 78 do ADCT: parcelamento em dez anos.....	233
5.6.2.1	Esquema – Art. 78, ADCT (EC 30/2000)	235

5.6.3	Artigos 86 e 87 do ADCT: exceção ao parcelamento em dez anos.....	236
5.6.3.1	Esquema – Arts. 86 e 87, ADCT (EC 37/2002)...	236
5.7	Os precatórios no direito tributário: compensação e garantia em execução fiscal	237
5.7.1	Compensação de tributos com precatórios	237
5.7.2	Precatórios como garantia em processo de execução fiscal....	239
5.8	Requisições de pequeno valor.....	240
5.8.1	Esquema – Lei nº 12.431/2011. Compensação de precatórios com tributos federais	242
CAPÍTULO 6 – CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA		245
6.1	Controle das contas públicas na Constituição: artigos 70 a 75	245
6.1.1	Esquema – Controle das contas públicas.....	250
6.2	Controle interno	251
6.3	Controle externo: o Poder Legislativo	252
6.4	O controle externo pelas mãos do Tribunal de Contas: características gerais	254
6.5	Ainda o controle externo: as atribuições constitucionais do Tribunal de Contas da União	256
6.5.1	Esquema – Competência do TCU. Art. 71 e incisos, CR	262
6.6	Os Tribunais de Contas na LRF.....	263
6.7	Controle privado	264
BIBLIOGRAFIA		267